



Curricularização das ações
de educação alimentar e nutricional
e horta como instrumento pedagógico

Módulo 2: Educação Alimentar e Nutricional - Curricularização

Autora: Janaina das Neves

Coordenação Geral do Projeto

Cláudia Soar

Organizadoras

Janaina das Neves

Jussara Cardoso Damiani

Autora

Jussara Cardoso Damiani

Colaboradoras

Cláudia Soar

Greicy Vedana

Lizeth Alejandra Giambiaggi Castro

Coordenação de projeto editorial

Luciano de Castro

Projeto Gráfico

Sonia Trois

Diagramação

Luísa de Freitas Bueno

Sonia Trois

Revisão

Janaina das Neves

Cláudia Soar

Fábio Bianchini

Esta formação é uma das ações integrantes do projeto “Fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar: Ações Multidisciplinares e Intersetoriais”. coordenado por professores da Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC. O projeto tem apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.



Sumário

Resumo do Módulo 1	4
Unidade de Aprendizagem 1: Como garantir que as ações de Educação Alimentar Nutricional sejam contínuas?	5
Unidade de Aprendizagem 2: A importância de reconhecer as ações de EAN como prática pedagógica	10
Unidade de Aprendizagem 3: Como inserir as ações de EAN no currículo?	18
Unidade de Aprendizagem 4: Elaboração dos Planos de EAN e o desenvolvimento do planejamento pedagógico anual	25
Conclusão	29
Referências	30



Resumo do Módulo 1:

No Módulo 1 você viu sobre a trajetória de mais de sessenta anos da maior e mais antiga política de alimentação e nutrição vigente nos dias atuais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Você pôde entender qual a relação existente entre o PNAE e a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Além disso, o Módulo 1 apresentou o histórico da EAN, finalizando com a apresentação do documento norteador desta prática, o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas. Agora vamos ver como garantir que as ações de EAN sejam desenvolvidas de maneira contínua.



Unidade de Aprendizagem 1:

Como garantir que as ações de Educação Alimentar Nutricional sejam contínuas?

Antes de iniciarmos a apresentação deste item queremos esclarecer que o desenvolvimento de ações de EAN talvez seja visto como mais uma tarefa a ser realizada, dentre tantas atividades que cabem ao educador. Por isso convidamos a ver essa atividade por outro ângulo. Acreditamos que isso será possível quando você perceber todos os atores e cenários que podem estar envolvidos com as ações de EAN. Então vamos lá?

Você viu no Módulo 1 que o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, por meio da Portaria Interministerial nº 1.010 de 2006, instituiu as diretrizes para a **Promoção da Alimentação Saudável** nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. E que depois a Lei nº 11.947 de 2009 (Brasil, 2009) apresentou a **prática da EAN** como uma de suas diretrizes. Após dez anos de existência dessa lei, sabe-se que em muitas escolas as ações EAN são desenvolvidas, mas nem sempre ocorre como está prevista no Art. 2º, inciso II, conforme destacamos abaixo:



Objetivo de aprendizagem:

Apresentar formas de garantir que a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) seja contínua, por meio da curricularização dessas ações.



A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2009).

Ao contrário do que preconiza a Lei nº 11.947 de 2009 (Brasil, 2009), o que se observa em termos de EAN no espaço escolar são abordagens restritas aos conteúdos trabalhados em Ciências e Biologia, e quando extrapolam essas disciplinas, o assunto é abordado nas aulas de Educação Física ou Geografia. Isto porque o tema “alimentação” presente no livro didático aparece vinculado a disciplina da área biológica. Essas constatações são confirmadas no artigo escrito por autoras que investigaram escolas de nível fundamental de uma capital brasileira (Camozzi et al., 2015), que pode refletir o restante do território nacional.

Há uma série de motivos para isso: o curto espaço de tempo entre a publicação da lei e a pesquisa realizada; a falta de tempo dos profissionais para realizarem as ações de EAN; a inexistência de formação para que os educadores possam se atualizar; poucas políticas indu-

toras que propiciem o desenvolvimento das ações, para citar alguns exemplos. Por isso são raros os Projetos Pedagógicos que apresentam ações de EAN de uma maneira ampliada. Mas, além destes, podemos citar a recente atualização ocorrida na área da EAN, como você viu no módulo anterior.

E, como você deve lembrar, pois foi abordado no Módulo 1, a mudança de paradigma ocorreu ainda nesta década, mais precisamente a partir de 2012, quando foi apresentado o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas (Brasil, 2012). Outro aspecto que contribui para uma abordagem das ações de EAN de maneira restrita são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apresentam uma visão pouco ampliada das ações de EAN, por terem sido estruturados em 1997, portanto quinze anos antes do lançamento do documento referenciado acima. O que deveria ser revisto, para propiciar as mudanças esperadas na execução das ações de EAN. Veja a seguir como é orientada nos PCNs a maneira de trabalhar o tema:



Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inserem os conteúdos relativos à alimentação e à educação alimentar e nutricional no ensino fundamental no bloco temático “Ser Humano e Saúde”, com a indicação de que seja abordado pelas Ciências Naturais, além de apontar que seja trabalhado de forma transdisciplinar no tema transversal “Saúde e Meio Ambiente” (Brasil, 1997).

Ao confirmar o que foi apresentado acima, o limite que pode ocorrer ao desenvolver ações de EAN com esse foco foi apresentado por Camozzi e colaboradoras em 2015, quando elas afirmaram que o tema trabalhado fica restrito ao corpo humano e, mesmo que se aborde a interação com o meio ambiente, o foco fica direcionado ao indivíduo (Camozzi et al., 2015). Ou seja, as ações de EAN não extrapolam para os diversos setores envolvidos com a alimentação, característica inerente à **intersectorialidade**, um dos nove princípios do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas (Brasil, 2012), e tampouco aborda o papel das **políticas públicas** (governamental) nessas ações, eixo principal deste documento.

Outro aspecto reducionista trazido pelas autoras é que as ações de EAN apresentam um caráter pontual, realizadas sem planejamento e baseadas no conhecimento do educador (Camozzi et al., 2015). Dessa forma, fere mais um dos nove princípios do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas (Brasil, 2012), denominado **Planejamento, avaliação e monitoramento das ações**.

Políticas Públicas: são ações realizadas pelo estado com vistas a garantir o acesso da população aos direitos sociais, como saúde, alimentação e a alimentação escolar (SARAVIA & FERRAREZI, 2006).



Mas não é por isso que você vai desanimar, não é mesmo? Lembre-se, toda limitação identificada torna-se um aspecto potencial de solução. Então ao olhar para esses motivos que levam a uma ação de EAN reducionista você pode perceber a importância da educação permanente de educadores, incluindo a coordenação pedagógica, um dos intuitos desta formação à distância. Outro aspecto relevante também é a necessidade de sabermos elaborar planos de EAN com a participação de diversos atores presentes no espaço escolar, inclusive os familiares, assim como envolvermos **vários setores da comunidade**, como da saúde, espaços de atividade física e lazer, locais de comercialização e plantação de alimentos, entre outros.

Ao complementar essa discussão, gostaríamos de indicar uma leitura para você compreender melhor sobre os setores expostos acima e também sobre o **Ambiente Nutricional**. O texto escolhido foi elaborado para um curso de Educação à Distância (EaD) estruturado para nutricionistas que atuam no PNAE e na Atenção Primária em Saúde. Sugerimos a leitura das páginas 127 a 137 do Módulo 2 denominado: [“Território, Ambiente Nutricional e Escola como espaços para o trabalho intersetorial” \(Universidade Federal de Santa Catarina, 2019\).](#)



Outra possível solução para programar ações de EAN de maneira mais ampliada é inseri-la no **currículo**, e consequentemente nas diversas disciplinas, que podem trabalhar o tema, como **eixo transversal**. Em breve abordaremos essas questões, neste curso, mas antes,

Como identificar os diversos setores da comunidade:

Para conhecer o indivíduo, suas redes de apoio e suas condições de vida e trabalho, você pode conversar com profissionais de saúde, como o nutricionista, que atuam no centro de saúde mais próximo da escola. Esses profissionais poderão fornecer três tipos de informação referente ao seu local de trabalho:

- *Fatores individuais:* idade, sexo, aspectos hereditários e comportamentais;
- *Fatores coletivos:* fatores relacionados às redes comunitárias e de apoio; e
- *Fatores sociais:* acesso a alimentos, serviços de saúde, educação, saneamento, água, esgoto, habitação, transporte e emprego.

(Universidade Federal de Santa Catarina, 2019)



precisamos refletir sobre as formas como as ações de EAN vêm ocorrendo, pois apenas com o conhecimento da realidade é que podemos transformá-la.

Para refletir: Na sua unidade educativa, como ocorrem as ações de EAN? Você identifica quantas disciplinas estão envolvidas nessas ações? As ações de EAN são de responsabilidade exclusiva do nutricionista do PNAE ou os educadores e merendeiros também estão envolvidos? Você identifica outros parceiros ou cenários para a realização das ações de EAN?

Tarefas:

Busque conhecer quais são as ações de EAN realizadas em sua escola, identificando as disciplinas envolvidas. Procure saber quais são os atores envolvidos. Identifique quem são os parceiros envolvidos e em quais cenários são realizadas ações de EAN.



Unidade de Aprendizagem 2:

A importância de reconhecer as ações de EAN como prática pedagógica

Sem querer empilhar dificuldades para realização da EAN, precisamos continuar a abordagem sobre aspecto intimamente relacionado com esse novo paradigma, que é como garantir que a EAN seja algo contínuo. A resposta para essa pergunta também responde sobre a restrição da abordagem da ação de EAN, voltada para o modelo **biomédico** e **biologicista**.

Modelo biomédico: reducionismo do ser humano ao seu organismo biológico (Koifman, 2001).

Modelo biologicista: ensino centrado na doença, com predomínio de aulas teóricas e demonstrativas, baseado em situações fictícias, com poucas práticas realizadas em campos de atuação (Koifman, 2001).

Objetivo de aprendizagem:

Abordar com educadores a importância de fortalecer as ações Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como práticas pedagógicas contínuas, por meio da curricularização dessas ações.

Recorde o conceito de EAN apresentado no Módulo 1:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e volun-



tária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõe o comportamento alimentar (Brasil, 2012).

Viu? Por isso é tão importante inserir as ações de EAN no currículo. E, mais, uma estratégia para o êxito efetivação das ações de EAN inseridas no currículo é o envolvimento de **outros atores**; um deles é o nutricionista da alimentação escolar. Você deve conhecer as atribuições do nutricionista vinculado ao PNAE, não é mesmo? De qualquer forma, abaixo, são apresentadas suas atribuições:

A presença do nutricionista no contexto do PNAE é uma das garantias para a manutenção da qualidade da alimentação escolar. Ele é o profissional habilitado que irá assumir desde o planejamento até a coordenação e direção da área de alimentação e nutrição nas secretarias de educação; bem como o desenvolvimento de estratégias e atividades de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar. O nutricionista que assume a

responsabilidade técnica do programa possui um papel importante na definição do cardápio escolar, na orientação quanto as escolhas dos gêneros alimentícios adequados para alimentação dos estudantes e na avaliação contínua da qualidade e aceitabilidade dos alimentos utilizados (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019).

Por causa da rotina de trabalho do nutricionista, que desenvolve as atividades supracitadas em várias unidades educativas, sua atuação efetiva nas ações de EAN fica restrita, mas ele é um ator-chave nos momentos de planejamento da curricularização dos temas de alimentação e nutrição. Isso foi percebido na prática, em uma formação realizada com 118 coordenadores pedagógicos de 79 municípios dos estados da Bahia e de Sergipe. Veja abaixo o que dizem as autoras que fizeram essa investigação:

Sobre a última formação de 2011, salienta-se que a experiência de integrar coordenadores pedagógicos e nutricionistas para o planejamento de ações educativas foi avaliada como positiva, pois possibilitou a integração de diferentes atores e a possível continuidade dos planos esboçados nos espaços de trabalho (Santos et al., 2013).



Elas concluem seu trabalho dizendo ainda:

Destaca-se a relevância de estimular os processos de formação dos coordenadores pedagógicos em torno da temática proposta, articulando com políticas públicas intersetoriais que forneçam subsídios teórico-metodológicos a fim de colaborar para a inserção do tema alimentação e nutrição nos projetos pedagógicos (Santos et al., 2013).

Como foi apresentado no Módulo 1, outros atores que podem ser envolvidos desde o momento do planejamento e execução das ações de EAN são as **merendeiras** (chamaremos assim pois a ampla maioria é do sexo feminino). Vamos entender por quê?

Você viu no Módulo 1 que o quarto princípio do Marco é “**A comida e o alimento como referências**” e “**Valorização da culinária enquanto prática emancipatória**”, certo? Então ela é o ator-chave para a realização de oficinas culinárias com os escolares. Assim os estudantes podem vivenciar como é a confecção do cardápio da alimentação escolar. Essa ação tende a ser exitosa, pois a **oficina culinária**, junto com a **oferta de alimentos** e utilização das **hortas escolares** ou comunitárias, é reconhecida e considerada como **estratégia efetiva de EAN** para

a mudança de hábitos alimentares nesse público alvo (Hab & Hartmann, 2018).

Por falar em oferta de alimentos como uma estratégia de ação de EAN, a merendeira também pode auxiliar no **planejamento da ação de EAN** apresentando **demandas**. Sim, demandas! Elas podem dizer quais preparações precisam ser abordadas na ação de EAN para melhorar a aceitação por parte de cada turma da unidade educativa. Ou ainda elas podem informar quais são os temperos, frutas, legumes ou verduras que podem ser plantadas na horta escolar.

Além da ação de EAN ser realizada por diversos profissionais da educação, como educador, nutricionista ou merendeira, outro componente que garante a sua continuidade é que ela faça parte da **rotina escolar**. Sendo assim, tornar as ações de EAN uma **prática pedagógica** garante a sua realização ao longo do período letivo. Nós teremos um Módulo específico (o número 4) para apresentar a você diversas experiências exitosas de EAN desenvolvidas no ensino infantil e fundamental. Então em breve você poderá vislumbrar como isso pode ser feito. Mas agora você pode ir pensando em como envolver mais atores nas ações de EAN em sua escola.



Ao convidar você para pensar nesses atores presentes na escola, gostaríamos de propor outro desafio. Que tal pensar também nos demais setores relacionados com a alimentação? Há pouco, neste mesmo Módulo, mostramos que é importante conhecer algumas informações da comunidade que reside no **entorno do espaço escolar**, lembra?

Conhecer essas informações é importante, pois você poderá fazer **parcerias** com outras pessoas para desenvolver suas ações de EAN. Se você conhecer os locais que possuem horta comunitária, criação de animais, pomares ou nos quais ocorre atividade de pesca, para citar alguns exemplos, você pode fazer uma visita, conversar com essas pessoas para que os escolares conheçam a origem dos alimentos. Da mesma forma, identificar e **mapear** onde estão as feiras, mercados, restaurantes comunitários ou comerciais, vendedores ambulantes de alimentos, bares, lanchonetes, padarias, confeitarias existem nas redondezas da escola, será importante para ver as opções de **escolhas alimentares** que as crianças e adolescente tem no trajeto de casa até a escola. Isso porque cada **tipo de ponto de venda** tende a comercializar um grupo específico de alimentos. O mesmo raciocínio é válido para o entorno dos domicílios, assim poderemos saber as opções de escolha de alimento das famílias dos escolares.

Classificação dos Pontos de Venda de Alimentos

- **Supermercados e hipermercados:** é considerado o local de comercialização de “mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda entre 300 e 5.000 metros quadrados e a varejo”. Hipermercado é em um estabelecimento que comercializa itens similares, porém, com área superior a 5.000 m².
- **Mercados, minimercados e mercearias:** compreende as atividades dos estabelecimentos comerciais com e sem autoatendimento e com venda predominante de produtos alimentícios variados em minimercados, mercearias, armazéns, empórios, secos e molhados, com área de venda inferior a 300 metros quadrados.
- **Açougues:** compreende o comércio varejista de: carnes de bovino, suíno, caprino, ovino e equídeo, frescas, frigorificadas e congeladas; aves abatidas frescas, congeladas ou frigorificadas; pequenos animais abatidos - coelhos, patos, perus, galinhas e similares; o abate de animais associado ao comércio.
- **Peixarias:** Comércio varejista de pescados, crustáceos e moluscos frescos, congelados, conservados ou frigorificados.
- **Padaria e confeitaria:** Compreende a fabricação de pães



e roscas, bolos, tortas e outros produtos de padaria com venda predominante de produtos fabricados no próprio estabelecimento (padarias tradicionais).

- **Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares:** Compreende o serviço de alimentação para consumo no local, com venda ou não de bebidas, em estabelecimentos que não oferecem serviço completo, tais como: lanchonetes, fast-food, pastelarias, casas de chá, casas de suco e similares; sorveterias, com consumo no local, de fabricação própria ou não.
- **Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas:** Compreende as atividades de servir bebidas alcoólicas, com ou sem entretenimento, ao público em geral, com serviço completo.
- **Feiras:** comércio de venda de frutas, legumes e verduras, que também pode ser chamado de quitanda, sacolão, verdureiro ou comércio de hortigranjeiros.
- **Restaurantes:** São espaços que vendem e servem comida preparada, com ou sem bebidas alcoólicas ao público em geral, com serviço completo. Inclui os restaurantes self-service ou de comida por quilo.

(DE ANDRADE, 2018)

Assim é mais fácil perceber qual é o acesso que os escolares têm aos alimentos em relação à **qualidade** e à **quantidade** disponível para eles. Quando nós falamos em qualidade, pensamos na **nova classificação dos alimentos** (Brasil, 2014). Veja logo abaixo qual é. Caso queira compreender melhor esse assunto sugerimos a leitura do Capítulo 2, denominado “A escolha do alimento”, páginas 25 a 51. Já a quantidade tem a ver com a capacidade de compra dos alimentos, ou seja, se eles são **acessíveis financeiramente** aos moradores da região. Dessa forma, conhecer o **preço dos alimentos** disponíveis e a **renda da população** que mora na comunidade pode dar uma ideia do que os escolares ingerem quando estão em suas casas.



Alimentos in natura ou minimamente processados, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, são a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável. Alimentos minimamente processados correspondem a alimentos in natura que foram submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, conge-



lamento e processos similares que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original.

Óleos, sal, gorduras e açúcar são produtos extraídos de alimentos in natura ou da natureza por processos como prensagem, moagem, trituração, pulverização e refino. São usados nas cozinhas das casas e em refeitórios e restaurantes para temperar e cozinhar alimentos e para criar preparações culinárias variadas e saborosas, incluindo caldos e sopas, saladas, tortas, pães, bolos, doces e conservas.

Alimentos processados são produtos relativamente simples e antigos fabricados essencialmente com a adição de sal ou açúcar (ou outra substância de uso culinário como óleo ou vinagre) a um alimento in natura ou minimamente processado. As técnicas de processamento desses produtos se assemelham a técnicas culinárias, podendo incluir cozimento, secagem, fermentação, acondicionamento dos alimentos em latas ou vidros e uso de métodos de preservação como salga, salmoura, cura e defumação. Alimentos processados em geral são facilmente reconhecidos como versões modificadas do alimento original.

Alimentos ultraprocessados são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem, e pré-processamento por fritura ou cozimento” (Brasil, 2014).

Agora você deve estar se perguntando: Por que nós apresentamos para você a nova classificação dos alimentos, o Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2014? Porque essa publicação traz esse conteúdo de maneira inovadora. E na área da nutrição sua importância é amplamente reconhecida, pois o excesso de peso está relacionado com o consumo de alimentos processados e ultraprocessados; em contrapartida, alimentar-se prioritariamente de alimentos *in natura* e minimamente processados promove a saúde da população. Por isso, abordar esse conteúdo com os escolares é crucial para mostrar o quanto a **oferta da alimentação escolar** é relevante para a promoção da saúde de crianças e adolescentes, se cons-



tituindo como importante estratégia da garantia da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação escolar, conforme apresentado no Módulo 1.

Mas não é só o acesso que interfere nas escolhas alimentares. Outros aspectos importantes de conhecer sobre a população que mora no bairro são os **sócios-culturais e étnicos**. Você consegue imaginar por quê? Isso mesmo! Assim a gente conhece a história, constituição do bairro, origem dos habitantes, festividades e outras tradições locais. Essa é uma maneira de você se aproximar da cultura alimentar dos estudantes. Você lembra que um dos aspectos que o nutricionista da alimentação escolar considera ao elaborar o cardápio é a **cultura alimentar**? Ah! Que bom que você lembra!

E para frisar mais a importância de conhecer a cultura alimentar dos escolares vamos lembrar para você o terceiro princípio do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas: “Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas”. Viu como é importante?

Conseguimos imaginar você pensando... Então uma ação de EAN poderia ser relacionada a esse resgate da cultura

alimentar dos escolares? Sim! Os adolescentes poderiam entrevistar antigos moradores dos bairros ou ainda poderiam filmar pessoas em atividade de semeadura ou colheita em hortas caseiras ou comunitárias. Além de elaborar um livro com as receitas das suas famílias.

Tem outros fatores que interferem na escolha alimentar que pode impactar de maneira negativa na cultura alimentar. Você sabe qual é? A publicidade é um deles. [Você pode ver o vídeo “Come-se Propaganda?” para saber um pouco mais sobre o assunto.](#)



Se você gostou desse vídeo, recomendamos outro, denominado “[Meramente Ilustrativa](#)” para complementar essa informação e conhecer as estratégias de *marketing* para aumentar o consumo de alimentos processados e ultra-processados.



No módulo 4 abordaremos sobre outros vídeos que possuem **temas mobilizadores** que podem ser utilizados nas ações de EAN a serem realizadas com adolescentes.

Para refletir: Na sua unidade educativa como ocorrer as ações de EAN? Você identifica quantas disciplinas estão envolvidas? Essas ações são de responsabilidade do nutricionista do PNAE ou os educadores e merendeiras também estão envolvidos? Você identifica outros parceiros ou cenários para a realização das ações de EAN?

Você conhece o entorno da escola? É possível mapear os locais de produção e comercialização de alimentos?

Tarefa:

Junto com os atores e parceiros, considerando os cenários de práticas comece a pensar quais ações podem ser desenvolvidas. Se elas acontecem, identifique em quais e quantas disciplinas as ações de EAN ocorrem. Levante quais locais podem ser visitados ou as ações podem ser desenvolvidas. Veja possibilidades de entrevistas com pessoas ou locais para conhecer melhor a cultura dos moradores e do bairro.



Unidade de Aprendizagem 3:

Como inserir as ações de EAN no currículo?

Se pararmos para recapitular o que vimos até aqui, percebemos que o conceito de EAN mudou e que há formas normatizadas ou legais para garantir a realização das ações de EAN no espaço escolar. No entanto, estes fatos não são suficientes para a efetivação das ações de EAN. Isso porque, para que elas ocorram, é necessário que façam parte da rotina da escola. Sim, da escola. Você já percebeu que esta não é uma atribuição específica do nutricionista, pois, de acordo com a Lei nº11.947, a ideia é que as ações de EAN sejam um “processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar”, lembra?

Também falamos que a merendeira e que os moradores do bairro podem ser atores envolvidos com as ações de EAN. Sendo assim, você já deve imaginar que embora o educador seja o profissional responsável pelas atividades de ensino dentro das salas de aula, o processo de formação não ocorre apenas nesses espaços. As ações de EAN podem ocorrer também no refeitório, com a oferta de alimentos e com a participação da merendeira na realização de oficinas culinárias. Outro local possível de interação dos estudantes com os alimentos é a horta escolar ou comunitária. Isso quer dizer que as ações de EAN precisam fazer parte da rotina da escola diversificando os cenários de prática.

Objetivo de aprendizagem:

Mostrar a importância de estabelecer parcerias com diferentes atores sociais e identificar cenários, na perspectiva de tornar a prática de EAN pedagógica.



No entanto, para que essas ações não dependam de boa vontade ou entusiasmo de um único profissional, é importante torná-la uma **prática pedagógica**, por meio da **curricularização** da EAN. Assim todos os profissionais se tornarão responsáveis pelo seu desenvolvimento e dividindo responsabilidades a tarefa fica bem mais leve e fácil de ser realizada. Para começar, esse processo é importante que haja uma consonância com o **Projeto Político Pedagógico** (PPP) do município ou do estado, depende vínculo de gestão da unidade educativa.

Cabe lembrar que nem sempre o PPP é o nome utilizado pelas secretarias de educação. Esse documento norteador pode ser chamado de outra forma. O mais importante é que ele disponibilize orientações pedagógicas, trazidas das Políticas e Diretrizes Nacional e/ou Municipal. O público alvo dessa formação são os profissionais que atuam na capital de Santa Catarina. Veja a seguir o que indicam as Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a rede municipal de educação infantil de Florianópolis (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2010).

O desenvolvimento de experiências educativas com as bases acima expostas depende de uma organização pedagógica cuja dinâmica, ou se preferirem,

metodologia, se pautar na intensificação das ações das crianças relativas aos contextos sociais e naturais, no sentido de ampliá-lo e diversificá-los, sobretudo através das interações sociais, da brincadeira e das mais variadas formas de linguagem e contextos comunicativos. Consideramos que estas formas privilegiadas pelas quais as crianças expressam, conhecem, exploram e elaboram significados sobre o mundo e sobre sua própria identidade social, indicam a impossibilidade de organizar e planejar de forma separada e parcial um dos diferentes núcleos da ação pedagógica na educação infantil (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2010).

Assim, ao olhar para as Políticas e Diretrizes Nacional e/ou Municipal, as escolas passam a ter a base para elaborar o seu próprio PPP ou orientações pedagógicas, respeitando suas próprias características. Na leitura desse documento norteador alguns aspectos devem ser percebidos, pois eles darão alguns direcionamentos preliminares, como por exemplo:

- Quais são as possibilidades de estabelecer de **parcerias** para a realização das ações de EAN?
- São apontadas as condições para tornar as ações de



EAN um **conteúdo transversal**?

- Há permissão de realizar as ações de EAN nas atividades de **sala de aula**, entre outros espaços como **refeitório** e **pátio** da escola, sendo válidos também os **espaços extramuros**?

Em 2015 o município formalizou seu projeto pedagógico voltado para o público infantil no documento denominado: “Currículo da educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis” (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015). **Neste documento está implícito, conforme apresenta a Resolução CME/CED n.º 05/2009, que:**

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015).

Outro aspecto importante deste documento é que ele:

Enfatiza a importância da brincadeira com intencionalidade pedagógica e a estruturação do

cotidiano, mediante o processo de planejamento, observação, registro, avaliação e replanejamento (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015).

Por isso o material é composto por duas partes: uma que aborda as questões relativas à brincadeira e outra pertinente às relações sociais e culturais, linguagens e relações com a natureza, como manifestações, dimensões, elementos, fenômenos e seres vivos (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015).

Todas essas condições estruturantes do ensino infantil e fundamental do município devem ser garantidas no momento do planejamento pedagógico anual, quando os planos de ação de EAN podem ser estruturados e socializados entre os educadores e equipe pedagógica. Desta forma, todos profissionais de educação terão a possibilidade de visualizar como essas ações serão desenvolvidas ao longo da formação dos pré-escolares e escolares. Aqui cabem alguns destaques: a participação do nutricionista é importante para que haja a união entre os saberes da educação e da saúde, na qual a alimentação e nutrição estão presentes; o conhecimento prévio dos referenciais que orientam as ações de EAN voltadas para a promoção da saúde; a integração entre



os saberes acadêmico e popular; e, por fim, a dissociação da ideia de que o tema alimentação deve estar relacionado apenas com a disciplina de ciências.

Para detalhar os três primeiros destaques abordados acima, ponto a ponto, vale ler os [capítulos 6, 7 e 8 do livro “Educação Alimentar e Nutricional - Articulação de Saberes”](#). O livro foi elaborado em 2018 por José Arimateia Barros Bezerra, a pedido do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (FNDE) junto ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fazemos essa recomendação porque a leitura é maravilhosa e também pela afirmação realizada do Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho na apresentação do livro:

Este livro se propõe a contribuir para que o nutricionista, como profissional de saúde, seja inserido no universo da Educação, apropriando-se dos conceitos daquela área e enriquecendo sua prática para a alimentação escolar. Da mesma forma, contribui para que o profissional da educação compreenda as razões das escolhas técnicas dos nutricionistas para compor os cardápios escolares, respeitando as necessidades nutricionais dos estudantes e suas particularidades culturais. Com esta publicação, nutricionistas, educadores, coordenadores e estudantes passam a ter mais um instrumento para o trabalho conjunto de construção de atividades de EAN, contribuindo para que o PNAE funcione em toda a sua potencialidade (Bezerra, 2018).



Se você gostou da leitura dos capítulos sugeridos, recomendamos sua leitura na íntegra. Antes disso vamos esclarecer um pouco mais do que você vai encontrar nele. O livro é dividido em quatro partes: na primeira são abordadas as três referências básicas para o desenvolvimento das ações de EAN. Duas delas são voltadas para a **promoção da saúde** e já foram citadas por nós: o “Marco de Referência da Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Brasil, 2012)” e o “Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014a).” O terceiro é “Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade (Brasil 2014b)”.



Como o nome da terceira referência básica indica, esta publicação está voltada para a prevenção da obesidade. Como foi descrito em (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019):

A Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade também foi lançada em 2014. Por se tratar de uma ação de prevenção o público alvo dessa publicação passa a ser o governo, mas é importante entender os eixos de atuação: disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis; ações de educação, comunicação e informação; promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos; vigilância alimentar e nutricional; atenção integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde; regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos. Outro aspecto importante de ressaltar é que no item destinado às ações de educação, comunicação e informação, são apontadas como referências o Marco de Referência de



Na segunda parte você pode aprofundar a **discussão histórica e cultural sobre alimentação**. Além de aprofundar como as práticas de EAN evoluíram desde a década de 30 até os dias atuais, o texto aborda as questões socioculturais e suas relações com as idéias pedagógicas marcantes deste período. A terceira parte é voltada para a **EAN e a dialogicidade**; nesta estão os capítulos 6 e 7, que abordam a influência das ideias pedagógicas em nossa educação escolar e ainda as concepções e práticas de EAN, com vistas a aprofundar a pedagogia dialógica, seus fundamentos e estratégias de **metodologias ativas**. A última parte, a que contém o capítulo 8, é direcionada para a EAN e a articulação de saberes. Por isso, traz a defesa da articulação do saber acadêmico com o popular, uma vez que a alimentação e nutrição se constituem como temas transversais com intenso potencial de se constituir como prática contínua, especialmente no âmbito do PNAE.

Agora, com relação ao quarto destaque que aborda sobre a dissociação da ideia de que o tema alimentação deve estar relacionado apenas com a disciplina de ciências já

deve estar clara para você a esta altura do curso, não é mesmo? Mas, se ainda não está, vamos resgatar alguns aspectos relacionados à tendência atual de planejar, executar, avaliar e replanejar as ações de EAN, além de revisitar o conceito e os princípios estabelecidos no Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas (Brasil, 2012).

Lembra que no conceito de EAN é destacado que deve ser considerado o **sistema alimentar** e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar? Então, a discussão sobre o alimento deve abordar desde a sua **produção**, passando pelas etapas de **processamento, distribuição, consumo e resíduos ou descarte dos alimentos**. E deve considerar o comportamento alimentar, ou seja, conceitos da abordagem das ciências humanas. Se você leu o capítulo 4 do livro “Educação Alimentar e Nutricional - Articulação de Saberes”, escrito por Bezerra em 2018, já é de seu conhecimento sobre o que estamos falando, não é mesmo? Perfeito, estamos falando dos vínculos com o contexto social, histórico e cultural da vida social e suas subjetividades.

Se você quiser entender um pouco mais sobre o sistema alimentar, uma abordagem intimamente relacionada com



a diferenciação do profissional de nutrição como um promotor da saúde, recomendamos a leitura das páginas 108 e 109 da apostila do curso de educação a distância desenvolvido para nutricionistas denominado [Segurança Alimentar e Nutricional com enfoque na intersectorialidade \(Universidade Federal de Santa Catarina, 2019\)](#).



Agora, vamos voltar a um dos pontos primordiais relacionados à ação de EAN que é a continuidade dessas ações. Como você acha que poderá garantir que essa ação seja contínua? Se você pensou por meio da elaboração de Planos de EAN e do planejamento pedagógico anual, excelente! Se não teve essa idéia, não tem problema, mas vamos entender por quê?

Para refletir: Você conhece o PPP e o nutricionista da sua escola? Você identifica outras disciplinas que podem estar articuladas ou podem complementar as ações de EAN que você pode desenvolver? Você vislumbra que o momento do planejamento pedagógico anual pode ser um espaço para garantir o planejamento das ações de EAN a serem desenvolvidas na escola? Você consegue identificar outros parceiros na comunidade que podem apoiar as ações de EAN?

Tarefa:

Leia o Projeto Político Pedagógico, veja as possibilidades de realizar as ações de EAN e quais disciplinas podem estar articuladas ou podem complementar as ações de EAN que serão ou já são desenvolvidas. Busque estruturar ou fortalecer os momentos de planejamento pedagógico anual para garantir o planejamento de ações de EAN. Não se esqueça dos outros parceiros ou setores e de utilizar como referências básicas o Guia Alimentar para a População Brasileira, Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas e Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes.



Unidade de Aprendizagem 4:

Elaboração dos Planos de EAN e o desenvolvimento do planejamento pedagógico anual

A inserção das ações de EAN no planejamento pedagógico anual também é uma boa estratégia para sua continuidade das ações, pois elas estarão inseridas nas atividades que serão desenvolvidas em sala de aula ou em outros espaços escolares. Para que isso ocorra com melhor aproveitamento, a participação do nutricionista da alimentação escolar pode ser uma estratégia. Essa ação deve ocorrer em paralelo à estruturação de plano de EAN, que tem componentes semelhantes ao plano de aula.

Para pensar no plano de EAN você pode partir do conteúdo a ser trabalhado ou da demanda que surgir, tanto faz se isso ocorrer por parte dos escolares ou dos profissionais que trabalham na unidade educativa. Claro, os pedidos dos responsáveis pelos escolares também podem ser atendidos. A partir daí você poderá delimitar quais serão os objetivos da proposta. Depois você poderá pensar no público alvo da ação. Assim, respeitando as características do grupo com o qual você vai trabalhar, a metodologia poderá ser traçada. Claro que quando falamos nela, vêm em mente as metodologias ativas, não é verdade? E por fim, será definido o cronograma de execução das ações.

Objetivo de aprendizagem:

Propor a inserção das ações de EAN no planejamento pedagógico anual e no Projeto Político Pedagógico como formas de garantir a execução de planos de ações de EAN.



Permita-nos fazermos um parêntese: caso você queira aprofundar seus conhecimentos em metodologias participativas para o desenvolvimento das ações de EAN, recomendamos a leitura da [Apostila denominada Metodologias Participativas, estruturada pelo grupo do site Ideias na Mesa, da Universidade de Brasília \(Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, 2016\).](#) .



Com esses elementos definidos, ou seja, o conteúdo, objetivos, público alvo, metodologia(s) a ser(em) utilizada(s) e cronograma, você consegue pensar em parceiros, em cenários de prática, em resultados esperados. E após a ação desenvolvida você já pode avaliar como foi a sua realização, quais foram as principais dificuldades encontradas e, se necessário, você poderá replanejar a ação. Também costuma ser relevante definir a proposta de continuidade, para que as ações de EAN ocorram sem interrupções.

É como se você estivesse elaborando um plano de aula, não é mesmo? Vamos ver quais são os itens mínimos necessários para a elaboração de um plano de aula:

- Tema - deve ser definido a partir do conteúdo ou da demanda.

- Objetivo o que será realizado.
- Metodologia de ensino - como o conteúdo ou demanda serão abordados
- Este item ainda prevê a definição dos parceiros, o local de execução da atividade e o cronograma de execução.
- Formas de avaliação do aprendizado - o que se espera que aprendam
- Esse item pode ajudar na avaliação da ação e na sua reformulação, por exemplo:
 - os resultados esperados foram atingidos?
 - a metodologia estava adequada ao público da ação?
- Referências básicas e complementares - quais são os referenciais teóricos.
- Vale lembrar que são essenciais o Marco de EAN e o Guia Alimentar para a população brasileira.

Se você preferir, há uma maneira diferenciada de elaborar planos de EAN. Ela também foi apresentada para nutricionistas que fizeram o Curso de Educação à Distância chamado “Segurança Alimentar e Nutricional com enfoque na intersetorialidade” (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019). Para tal, convidamos a nutricionista e educadora Andhressa Araújo Fagundes a escrever o capí-



tulo denominado “Planejamento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)”. Por causa da vasta experiência da autora, trouxemos na íntegra a parte na qual ela orienta uma estrutura elementar de planejamento. Veja a seguir o texto e o quadro- síntese elaborados por ela.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação elaborou, em 1999, um Guia Metodológico de Comunicação Social em Nutrição, propondo uma estrutura elementar de planejamento, dividida em 4 etapas essenciais: (1) concepção, (2) formulação, (3) implementação e (4) avaliação. Posteriormente esse planejamento foi descrito por Cervato-Mancuso (2011), que detalhou essa estrutura teórico-metodológica no contexto das ações de Educação Alimentar e Nutricional:

(1) Concepção é o estudo da análise dos problemas alimentares e nutricionais da comunidade (diagnóstico), onde serão identificados os fatores causais que serão considerados na intervenção.

(2) Formulação é a etapa para estabelecer objetivos, elaborar mensagens e selecionar métodos e definir os critérios necessários.

(3) Implementação é a fase de elaboração de materiais de apoio e execução da intervenção.

(4) Avaliação é a etapa de análise crítica e sistemática das realizações e resultados do plano em relação aos objetivos propostos.

Para facilitar, podemos sistematizar o planejamento das ações de EAN contemplando: a estrutura básica de quatro etapas, as perguntas norteadoras, e os aspectos dessa evolução, como proposto no Quadro 1 (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019).



Quadro 1. Síntese de propostas de planejamento de intervenção de EAN.

Etapas Estrutura Básica	Perguntas norteadoras	Questões (abrangentes) e etapas propostas
(1) Concepção	O que fazer? Para quem fazer?	Qual é problema? (Diagnóstico e territorialização)
(2) Formulação	Por que fazer? O que priorizar? Sobre o que fazer? Como fazer? Onde fazer? Quando fazer? Quantas vezes fazer (periodicidade)? Quanto custa fazer? Quem vai fazer? Com quem fazer? O que esperar?	O que deve ser mudado? (Sujeitos da ação, Objetivos) O que podemos fazer para colaborar com a mudança? (Conteúdos, Métodos, Parceiros, Local, Cronograma e Recursos)
(3) Implementação	Execução	(Execução/Operacionalização)
(4) Avaliação	O que precisa mudar?	O que mudou? (Avaliação)

Fonte: Cervato-Mancuso, 2011; Esperança e Galisa, 2014; Brasil, 2018 (adaptados).



Observem que as questões mais abrangentes, propostas na 3ª coluna, são uma síntese das duas anteriores. Ou seja, temos a estrutura de uma proposta clássica (FAO, 1999), que considera as perguntas importantes para o direcionamento de um planejamento e ao mesmo tempo contempla as questões mais atuais da EAN.

Essa terceira coluna representa a concepção de EAN proposta no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, já que incluem elementos que irão permitir a valorização da cultura da população, as ações intersetoriais, as metodologias ativas, culminando na garantia da SAN (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019).

Agora que você já viu como elaborar os planos de EAN cuidando para ter as ações inseridas no mínimo no Planejamento Pedagógico Anual mas, preferencialmente, no currículo escolar. podemos encerrar esse Módulo, não é mesmo?

Para refletir: E agora, repetimos as perguntas realizadas anteriormente, sua escola já inclui a EAN no processo pedagógico? De que maneira(s)? Quais os potenciais para a ampliação das perspectivas de EAN em seu ambiente escolar?

Tarefa:

Busque estruturar um plano de EAN e incluir as ações no processo pedagógico com seus colegas e parceiros. Pense de que maneira isso pode ser feito e quais são os potenciais para ampliar as perspectivas de EAN no ambiente escolar e também fora dele.



Conclusão:

Chegamos ao fim dessa unidade educativa. Você se sente apto para começar a desenvolver ações de EAN de maneira contínua, com auxílio de outros parceiros, em sua unidade educativa ou fora dela? Esperamos que sim! No próximo módulo você vai ver como utilizar a horta como um elemento pedagógico.



Referências:

BEZERRA, José Arimatea Barros Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes / José Arimatea Barros Bezerra. - Fortaleza: Edições UFC, 2018. 120p.:Il

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para os estados e municípios. Brasília, DF: CAISAN, 2014b. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/estrategiaobesidade.pdf>. Acesso em: 02 de Maio de 2019.

BRASIL. Lei 11.947 de 16/06/2009  Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental; 1997. 128 p.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: 2. ed., 1. reimpr., 2014. 156 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p.

CAMOZZI, Aída Bruna Quilici et al . Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 1, p. 32-37, Mar. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000100032&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500010006>.

DE ANDRADE, Alaane Caroline Benevides. Disponibilidade de pontos de venda de alimentos em um território com áreas de interesse social no município de Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185931/TCR%20ALAANE%20CAROLINE%20BENEVIDES%20DE%20ANDRADE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 de Abril de 2019.

HAB, Julia & HARTMANN, Monika. What determines the fruit and vegetables intake of primary school children? - An analysis of personal and social determinants. *Apetite* 120 (82-91) 2018. Disponível em: Acesso em 10 de Outubro de 2019.



JUZWIAK, Claudia Ridel. Era uma vez...um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 17, n. 45, p. 473-484, June 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000200019&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832013000200019>.

JUZWIAK, Claudia Ridel; CASTRO, Paula Morcelli de; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1009-1018, Apr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400014>>. Acesso em: 15 de Abril de 2019.

KOIFMAN, Lilian. O modelo biomédico e a reformulação do currículo médico da Universidade Federal Fluminense. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 49-69, June 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de Abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702001000200003>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil / Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. - Florianópolis : Prelo Gráfica & Editora Ltda, 2010. 205 p. : il.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva et al. Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 993-1000, Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 16 de abril de 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO - Universidade de Brasília (OPSAN/UnB). Apostila Metodologias Participativas. 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/ead/ava/pluginfile.php/101407/mod_folder/content/0/IMPP/00_APOSTILA_Apostila_Curso_Metodologias_Part.pdf?forcedownload=1. Acessado em: 29 de maio de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Saúde. Núcleo Telessaúde Santa Catarina. Segurança alimentar e nutricional com enfoque na intersectorialidade [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Telessaúde Santa Catarina ; Alini Faqueti. - Dados eletrônicos. - Florianópolis : CCS/UFSC, 2019. 199 p. : il., tabs.

